

Sindsep-MT entra com representação judicial contra legitimidade do Sindsprev-MT

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (SINDSEP-MT) ajuizou Ação Declaratória de Representação Sindical contra o Sindsprev-MT, sustentando que o sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Seguridade, Trabalho e Previdência Social do Estado de Mato Grosso não é o representante legal dos servidores públicos federais vinculados ao Ministério da Saúde, Funasa INSS e Ministério do Trabalho.

(Página 3)



Brasil da desigualdade salarial

Leia artigo na íntegra na página 2

MP do mínimo causa polêmica na Câmara, deputados prometem elevar o valor



Foto: Gazeta do Povo

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) pretende apresentar emenda com o valor de R\$ 560, enquanto o

líder do PDT e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (SP), vai sugerir R\$ 580. A MP sobre o

salário mínimo deve ser votada logo no início da nova legislatura, em fevereiro.

Página 3

Ager mantém multa a Cemat

A Ager (Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados) no Mato Grosso manteve multa de R\$ 2,7 milhões aplicada a Rede Cemat por descumprimento dos indicadores DEC/FEC, referentes a 2009. Decisão foi tomada ontem em reunião do órgão regulador. *Página 3*



Artigo

Os trabalhadores e o movimento sindical diante do Governo Dilma

Leia na Página 4

Brasileiros estão otimistas com situação socioeconômica do País

Página 3

Veja MOMENTOS SINDSEP

Página 4

+

Nota de falecimento

É com extremo pesar que a Diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) comunica o falecimento do servidor público, Rui Barbosa Silva, do município de Sorriso. Lamentamos o ocorrido e oferecemos aos familiares nossas condolências, bem como nossos mais estimados préstimos.

Diretoria do Sindsep-MT

Brasil da desigualdade salarial

É impressionante que a votação do Congresso Nacional seja ágil nos casos em que o interesse é o próprio bolso, enquanto numa escala desigual, trabalhadores de todo o Brasil sofrem para encostar o salário mínimo nos singelos R\$ 600.

No último dia de votação efetiva na Câmara, o plenário aprovou o projeto de aumento de 61,83% nos salários dos próprios parlamentares, de 133,96% no valor do vencimento do presidente da República e de 148,63% no salário do vice-presidente e dos ministros de Estado. O projeto iguala em R\$ 26.723,13 os salários dos deputados, dos senadores, do presidente da República, do vice e dos minis-



Carlos Alberto de Almeida

tros do Executivo. Esse é o mesmo valor do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que serve como teto do funcionalismo público.

No meu segundo mandato de presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) fico, mais uma vez

indignado com as mazelas do Governo e registro aqui meu repúdio. A desigualdade é tanta, que nós somos obrigados a fazer greves e manifestações para ver se conseguimos, ao menos, uma conversa amigável para rever o reajuste de nossa categoria e, em muitos setores, em valores que se encontram defasados há décadas. Por que é tão injusto? Somos cidadãos que estamos na linha de frente do trabalho do executivo com a população. Somos pais de famílias e lidamos com o dia a dia do funcionamento desse Brasil da desigualdade.

Essa desigualdade discorre em um efeito cascata, sentido na falta da educação, na precariedade as saúde e, conse-

quentemente na violência sofrida pela população. Na contramão do reajuste exorbitante de nossos políticos eleitos, o ministro Paulo Bernardo, disse que o Ministério do Planejamento deslocou 15 técnicos para trabalhar no corte de gastos do Orçamento de 2011, a sugestão de cortes é de R\$ 8 bilhões para o próximo ano, incluindo que acordos com servidores federais não serão cumpridos e a precariedade das condições de trabalho serviço público só tende a piorar.

De onde virá esse dinheiro para encher o bolso de quem nós elegemos? O efeito cascata não para e mais parlamentares serão beneficiados. O aumento salarial provocará um reflexo nas

Assembleias Legislativas dos Estados e nas Câmaras Municipais. Os deputados estaduais poderão aprovar uma lei para receber até 75% do valor pago aos deputados federais e os vereadores poderão fixar os seus de 20% a 75% do valor dos deputados estaduais, dependendo do número de habitantes do município.

Em 2007, os parlamentares reajustaram seus salários em 28,5%, que repôs a inflação acumulada de quatro anos. Ainda é tempo de defender a bandeira do povo e rejeitar o aumento seja na esfera municipal, estadual ou federal. Mas, desde agora fica aqui nossa decepção com o que já se iniciou.

**Carlos Alberto de Almeida é presidente do Sindsep-MT*

Demonstração do Resultado		33.710.088/0001-94	
SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT		Período: 30/11/2010	
Receitas Brutas de vendas e/ou serviços		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
RECEITAS		TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	3.151,66
MIN PLANEJAMENTO	292,61	ENERGIA ELÉTRICA	698,62
EXERCITO	4.515,16	ÁGUA E ESGOTO	44,80
MIN EDUCAÇÃO (MEC)	24,42	DESPESAS COM CARTÓRIO	310,40
MIN AGRICULTURA	2.903,27	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	196,20
MIN FAZENDA	3.058,87	LANCHES E REFEIÇÕES	115,26
MIN JUSTIÇA	48,60	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	633,50
POLICIA FEDERAL	33,08	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	2.598,00
MIN AERONÁUTICA	113,57	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	36,00
MPAS/SAS	215,51	CORREIOS E POSTAGENS	2.104,45
MIN SAUDE	10.240,75	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	44,40
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2.073,41	VIAGENS E ESTADIAS	10.054,87
UFMT	394,07	MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,69
FUNAI	7.712,02	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00
M M E	111,52	DESPESAS TAXI	150,00
D N P M	48,94	KENTEL PLUS ALARME	195,00
FUNASA	12.959,32	CONDSEF	750,00
A N V S	58,20	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	96,00
D N I T	1.214,44	MENSALIDADE COPIADORA	300,00
AGU	262,32	CÓPIAS EXCESSO	33,10
IBAMA	1.352,61	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	80,42
MIN COMUNICAÇÕES	650,81	JORNAL O COMPROMISSO	1.400,00
INCRÁ	8.445,84	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.300,00
MIN TRANSPORTES	5.432,83	AJUDA DE CUSTO	346,45
INSS	1.110,43	CUT NACIONAL	1.500,00
MIN MARINHA	62,69	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	850,00
CONAB	1.426,50	DESPESAS MANUTENÇÃO	305,52
D P R F	98,56	CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	135,08	FESTA POSSE E SERV PÚBLICO	13.967,00
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	CONGRESSO CONDSEF	20.000,00
DRT	83,90		
SICOOB APLICAÇÃO	438,24		
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41		
DEPÓSITO CHEQUE BB	4.860,00		
	70.588,26		
(=) Receita Líquida	70.588,26		
(=) Superávit Bruto	70.588,26		
(-) Despesas Operacionais			
DESPESAS TRABALHISTA		DESPESAS FINANCEIRAS	
SALÁRIOS	4.650,22	TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	51,00
FGTS	490,38	TARIFAS BANCÁRIAS	78,50
INSS	1.642,62		129,50
VALE TRANSPORTE	708,40		
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,10	(=) Déficit Operacional	-15.656,15
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00	(=) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	47,93 -15.656,15
PARCELAMENTO INSS	742,55		
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72		
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.100,00		
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00		
ANUÊNIO	79,58		
	20.192,57		
MARIA DE JESUS DA SILVA		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
CONTABILISTA		PRESIDENTE	
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00		R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: **Thais Raeli - DRT 26 645/RJ**

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho - 9214-8099**

Fotos: **Chico Venâncio**

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRÁ; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRÁ/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. **SUPLENTES DE DIREÇÃO:** DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SVS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRÁ; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. **CONSELHO FISCAL TUTELAR:** JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. **SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELÂNDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

MP do mínimo causa polêmica na Câmara, deputados prometem elevar o valor

O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) pretende apresentar emenda com o valor de R\$ 560, enquanto o líder do PDT e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (SP), vai sugerir R\$ 580. A MP sobre o salário mínimo deve ser votada logo no início da nova legislatura, em fevereiro.

Porém, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já avisou que vai vetar valores maiores que R\$ 540, por causa do cenário de contingenciamento orçamentário para 2011. “O salário mínimo de R\$ 540 é o cumprimento de uma política de aumento salarial que foi acertada pelos trabalhadores. Portanto, ela deve ser posta em prática, senão fica uma brincadeira. Nesse momento, é temerário aumentar o valor. Se vier alguma coisa diferente, nós vamos simplesmente vetar”. Em resposta, Cunha disse que vai apresentar uma pro-

posta de emenda à Constituição com o objetivo de alterar o rito de tramitação dos vetos. A ideia é que os vetos sejam votados da mesma forma que as medidas provisórias, analisados pela Câmara e pelo Senado, a fim de reafirmar a autoridade do Congresso Nacional. “Todo mundo sabe que R\$ 540 é um valor político a ser negociado e essa negociação vai ocorrer de qualquer forma. Se vai ser R\$ 545, R\$ 560, R\$ 580 ou R\$ 600 ninguém sabe. O Congresso é soberano e vai decidir”, afirmou.

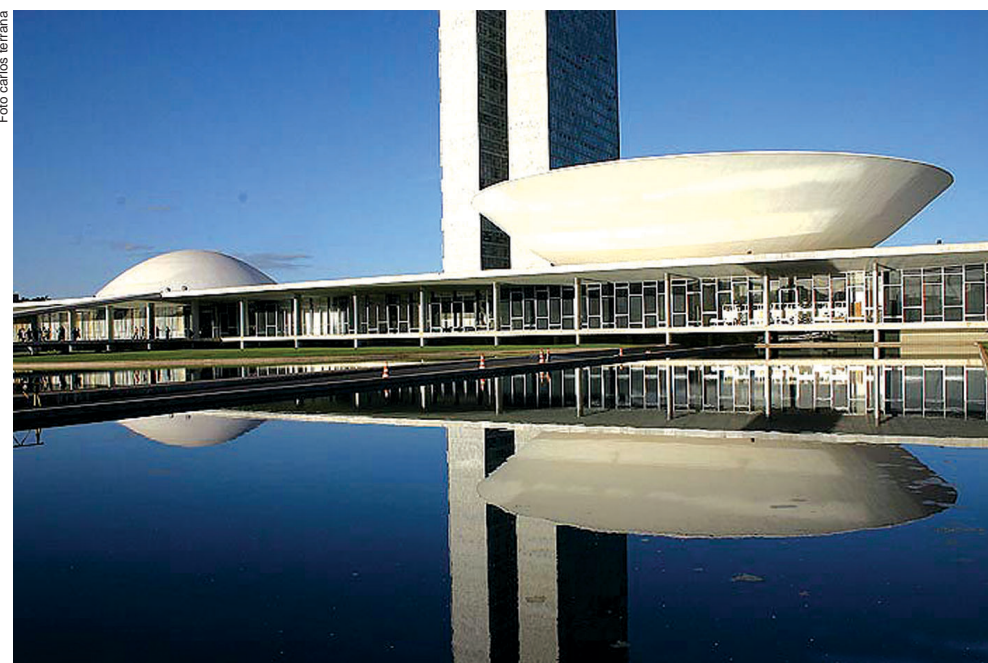
Debate

O líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, diz que o partido não está convencido do valor de R\$ 540 e quer discutir o valor com a equipe econômica do governo. “O PMDB não está convencido, mas pode ser convencido. O que queremos é que a área econômica converse com

a base aliada, para que possa explicar o porquê desse valor, para que o Congresso possa, com independência e soberania, mas com muita consciência política, definir seu posicionamento na hora da votação”.

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves, colocou-se à disposição para moderar a negociação entre seu partido, o PMDB, e o governo uma vez que o valor do salário mínimo tem impacto direto nas contas da Previdência.

O impacto orçamentário do reajuste nos cofres da Previdência Social será de aproximadamente R\$ 5,15 bilhões em 2011, segundo previsão do governo. Nos benefícios assistenciais mantidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), será de R\$ 1,33 bilhão no mesmo período. O impacto total, portanto, será de R\$ 6,48 bilhões - montante já previsto no Orçamento de 2011.



O líder do PMDB citou o reajuste do salário mínimo como tema prioritário para o Congresso, junto com as reformas política e tributária.

Acordo

O acordo entre o governo e as centrais sindicais definiu uma política de reajuste do salário mínimo até 2023, que leva em con-

ta a inflação do período e a metade da variação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. O valor proposto representa um reajuste de 5,88% sobre o mínimo que vigorava anteriormente (R\$ 510). O aumento considerou apenas a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de janeiro a dezembro de 2010.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou que um pequeno ajuste no valor terá de ser feito, porque a inflação ficou um pouco maior do que a esperada. Segundo ele, o mínimo deverá ficar em R\$ 541,80. “Temos de ajustar o valor para respeitar o acordo com as centrais”, disse. (Fonte: Agência Câmara)

Sindsep-MT entra com representação judicial contra legitimidade do Sindsprev-MT

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso (SINDSEP-MT) ajuizou Ação Declaratória de Representação Sindical contra o Sindsprev-MT, sustentando que o sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Seguridade, Trabalho e Previdência Social do Estado de Mato Grosso não é o representante legal dos servidores públicos federais vinculados ao Ministério da Saúde, Funasa INSS e Ministério do Trabalho.

A ação foi ajuizada na Justiça do Trabalho de Cuiabá, registrada sob o número 0152500-23.2010.5.23.0006, onde o Sindsep-MT sustenta ser ele o representante legal dos servidores públicos federais no Estado de Mato Grosso. Fundamenta seu pedido com base no art. 18 do antigo Código Civil Brasileiro, o art. 45, que estabelece que a existência legal da pessoa jurídica começa com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

Por outro lado, o art. 8º da Constituição Federal estabelece que a lei não poderá exigir autorização do Estado para fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, e, por esta razão, a existência legal de sindicatos, além do registro do seu ato constitutivo no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas é necessário a inscrição na Receita Federal para adquirir o CNPJ, e, para garantir a representatividade da categoria depende do Registro no Ministério do Trabalho, na forma do art. 558, da CLT. Somente com Certidão Sindical fornecida pelo Ministério do Trabalho o sindicato se constitui em representante legal da categoria responsável por sua constituição, conforme Estatuto devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego.

O Sindsep-MT foi fundado em 08/03/1990, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal em 22/03/1990, sob o nº

33.710.088/0001-94 e Certidão Sindical de 28/12/1990, ou seja, somente a partir do dia 29/12/1990, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso passou a ter existência legal, tudo conforme Certidão Sindical fornecida pelo MTE.

O Sindsprev-MT é originário de uma associação dos servidores do Sinpas, e foi elevada a condição de sindicato em 13/03/1989, como SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO - SINDSAPS/MT, razão social e representação sindical que mantém até hoje registrada no MTE.

Embora o Sindsprev-MT tenha registrado seu Estatuto no 1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá (MT), em 13/03/1989, a sua inscrição no Ministério do Trabalho somente ocorreu no ano de 1996, e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal é de 11/08/1994, sob o nº 33.710.088/0001-94, ou seja, somente a partir do ano de 1996, ele passou a ter legitimidade para representar os trabalhadores em saúde e previdência social de Mato Grosso, categoria laboral do estado (conforme Extrato do Cadastro de entidades sindicais extraído do Site Ministério do Trabalho).

Nesse contexto, o Sindsprev-MT não representa os servidores públicos federais vinculados a saúde, seguridade social, trabalho e previdência social, em especial, os servidores do Ministério da Saúde, Seguridade Social, Funasa, Previdência Social e Ministério do Trabalho. Pelas características da Certidão Sindical do Sindsprev-MT, ele tem representação sindical de Mato Grosso dos servidores do estado (EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL), não estando incluindo na sua base de representação os servidores públicos federais vinculados de forma direta ou indireta a UNIÃO FEDERAL.

Brasileiros estão otimistas com situação socioeconômica do País

O Índice de Expectativas das Famílias (IEF) de dezembro caiu apenas um ponto em relação ao do mês anterior, passando de 65,6 para 64,6.

A pesquisa foi realizada em 3.810 domicílios, em 214 municípios de todas as unidades federativas. Taxas até 20 pontos indicam grande pessimismo; de 20 a 40, pessimismo; de 40 a 60, moderação; de 60 a 80, otimismo; e de 80 a 100, grande otimismo. De acordo com o Ipea, a ligeira queda do índice foi registrada em todas as regiões, exceto no Sudeste.

O Centro-Oeste voltou a apresentar a maior pontuação em dezembro (70,49) e o Sul permaneceu logo em seguida, alcançando 68,53 pontos. O Sudeste manteve o otimismo em ascensão, atingindo 64,97 pontos. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentaram quedas significati-

vas no otimismo. No Nordeste, a taxa caiu de 64,67 para 61,82 pontos, e no Norte, de 64,25 para 60,54.

Para o chefe da assessoria da presidência do Ipea, Milko Matijascic, a leve queda na média nacional pode ser reflexo do momento de transição no governo federal e nos governos estaduais. “Há uma natural incerteza sobre os rumos, mas o nível de segurança é bastante elevado. Podemos dizer que são notícias boas, muito boas”, afirmou.

Sobre a situação econômica do país no curto prazo, a pesquisa aponta que 60,4% das famílias acreditam que o Brasil passará por melhores momentos nos próximos 12 meses, índice 3,6 pontos percentuais menor do que o registrado no mês anterior.

Além disso, 57,5% delas esperam o mesmo cenário para os próximos cinco anos. A proporção de famílias que acreditam que o país vai

atravessar piores momentos é de 20% e 16,6%, para o curto e médio prazos, respectivamente.

O maior grau de confiança na melhoria econômica do país em dezembro foi registrado entre famílias com rendimento de cinco a dez salários mínimos e com ensino médio completo. Diferentemente dos meses anteriores, a expectativa das famílias com menor renda (até 1 salário mínimo e sem escolaridade) ficou um pouco abaixo da registrada no resto da população.

De acordo com o estudo, o otimismo é menor quando se consideram as expectativas em relação ao consumo - 41,2% das famílias acreditam que o atual momento não é ideal para a aquisição de bens de consumo duráveis, enquanto 54,3% creem que o momento é propício para o consumo. (Fonte: Agência Brasil)

MOMENTOS SINDSEP



X CONCONDSEF



Ager mantém multa a Cemat



Ager (Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados) no Mato Grosso manteve multa de R\$

2,7 milhões aplicada a Rede Cemat por descumprimento dos indicadores DEC/FEC, referentes a 2009. Decisão

foi tomada ontem em reunião do órgão regulador.

Desajuste da Cemat atingiu 256 mil consumidores mato-grossenses com quedas de energia no ano passado. Relatório da Coordenadoria de Energia e Saneamento mostra que a interrupção aconteceu em 175 conjuntos (formado por regiões e municípios); dos quais 74 alcançaram níveis críticos. Vinte e seis regiões apresentaram transgressões de DEC e FEC.

Regulamento da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabelece que, nas áreas urbanas com po-

pulação igual de Mato Grosso, os desligamentos de energia podem variar de três até 15 interrupções- sob avaliação da distância das hidrelétricas-, com períodos de 4 horas a 25 horas mensais, por unidade consumidora.

Ainda foi aplicada a Cemat redução na taxa de reajustes tarifários, o que pode refletir na correção de cobrança ao consumidor com menor índice, em 2011. A concessionária tem prazo de dez dias para recorrer da decisão.

Fonte: Folha do Estado

Comunicado

Atenção!

Funasa e Ministério da Saúde

Prezados servidores,

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, serão processados dois descontos extras para pagamento do processo referente a **INSALUBRIDADE** conforme deliberação das assembleias gerais realizadas pelo Sindsep-MT por local de trabalho.

O desconto será para pagamento do laudo pericial médico que é necessário para contrapor o laudo feito pela instituição. Esse procedimento beneficiará os servidores (Funasa e Ministério da Saúde) que farão jus num percentual de grau máximo, ou seja, 20% do vencimento básico e não 10% como são pagos atualmente.

Atenciosamente,

Carlos Alberto de Almeida
Presidente do
Sindsep-MT

Artigo

Os trabalhadores e o movimento sindical diante do Governo Dilma



* **Helder Molina**

Tempo novo na agenda política dos trabalhadores. Tempo novo, novos desafios, velhos dilemas, novas batalhas. Tomaram posse os novos governadores, os deputados estaduais e federais, e 2/3 dos senadores e o novo governo federal.

A vitória política e eleitoral de Dilma, contra a moral obscurantista, a mentira, a calúnia, o preconceito, o privatismo e a direita, é a vitória de um projeto que defende os interesses da maioria dos trabalhadores, de conteúdo democrático e popular, construído pelos(as) trabalhadores(as) nestes últimos quarenta anos, de resistência e enfrentamento à ditadura militar e o neoliberalismo, sobretudo a afirmação da força política e da consciência ativa de milhões de trabalhadores jovens e adultos, homens e mulheres, na luta pela conquista de direitos, ampliação da democracia, avanço nas políticas sociais. Um governo que terá à frente uma mulher, pela primeira vez na

história brasileira, depois de um operário e sindicalista.

Os trabalhadores e suas organizações sindicais devem apoiar tudo que for positivo, no resgate do papel do Estado, dos serviços públicos, e dos servidores públicos, na manutenção e ampliação dos direitos sociais, econômicos e políticos da classe trabalhadora, como redução da jornada de trabalho, aumento real do salário mínimo e dos aposentados, distribuição de renda, aprofundamento nas políticas sociais de saúde, educação, saneamento, moradia, cultura.

Vamos resistir e lutar contra, nas ruas, contra qualquer ataque aos direitos conquistados, e a redução dos investimentos públicos e privatização do Estado, como querem os empresários e a mídia colonializada e colonialista.

Nesse contexto, nosso lado é o dos trabalhadores. O movimento sindical não pode perder a independência de classe, e a autonomia política, e a liberdade de manifestação e luta. Mesmo sendo um governo aliado dos movimentos sociais, a nossa força está na luta, na mobilização, na organização autônoma, em relação aos governos, ao Estado e aos patrões, sejam eles públicos ou privados.

Vamos continuar mobilizados, organizados, lutando, para fazer o governo avançar à esquerda, e atender aos trabalhadores, não aos empresários e à mídia privatista que criminaliza os movimentos sociais.

Na agenda de luta dos trabalhadores devem constar a reivindicação de importantes reformas. A reforma política, que enfrente a fragmentação política, a corrupção eleitoral, a infidelidade partidária. A reforma tributária, taxando as grandes fortunas e o capital financeiro, e reduzindo os impostos suguados dos trabalhadores a serviço do grande capital.

O governo deve enfrentar o problema da previdência social, punindo os sonegadores, acabando com a corrupção nos pagamentos de benefícios, acabando com o fator previdenciário, e não retirando nenhum direito atual dos aposentados e pensionistas, ao contrário, ampliando esses direitos, e desenvolvendo políticas de geração de empregos formais, particularmente aos jovens, para aumentar a contribuição solidária da previdência.

Os movimentos sociais, particularmente os sindicatos, foram decisivos para a vitória contra o candidato do atraso, do

retrocesso, da privatização do Estado e das políticas públicas, e da mídia golpista.

A militância sindical, estudantil, popular, democrática e progressista, sejam nos movimentos sociais ou nas universidades, tomaram nas mãos a campanha de Dilma no segundo turno, e colocaram na pauta dos debates e das ruas a luta contra a privatização, contra a retirada de direitos dos trabalhadores, e principalmente em defesa da democracia, das liberdades públicas e individuais, contra a mentira, a calúnia, o preconceito machista e homofóbico, e contra o projeto da grande mídia de impor sua agenda, sua candidatura e seu projeto de poder.

Estas questões devem pautar a nossa luta, para além do corporativismo, dos salários e do emprego. Ampliar a educação pública, seja nas universidades, com mais recursos e mais vagas, seja nas escolas técnicas e no ensino básico e médio, com mais escolas, mais recursos, mais vagas e com qualidade, para ampliar o direito à educação e ao emprego e renda.

Não reduzir direitos, enfrentar o grande capital, avançar nas políticas estruturais e estruturantes, de distribuição de

renda e direitos aos mais pobres, fundamentais nesta vitória da candidatura democrática e popular.

A representação dos trabalhadores aumentou de tamanho e de influência, tanto na Câmara federal quanto no senado, mas só atenderão nossas demandas se fizermos pressão, mobilizarmos, organizarmos ações de rua, de massas.

O governo Dilma será contraditório, um governo de coalizão, que vai da esquerda à direita, passando pelo centro. É produto da correlação de forças políticas e sociais, em disputa no Brasil de hoje.

Qualquer governo está sempre em disputa, o governo Dilma será um governo em disputa, basta ver a ampla coalizão formada para elegê-la, uma base formada por partidos ideológicos, programáticos, comprometidos com os trabalhadores, a democracia e a inclusão social, mas também de partidos fisiológicos, pragmáticos, representantes dos interesses dos empresários, e que em alguns momentos e temas serão aliados temporários dos trabalhadores, outros, serão adversários, inimigos até. Vamos lutar contra esses partidos, essas políticas, que sejam contrários aos direitos e

reivindicações do povo trabalhador.

E, sabemos, os governos populares precisam, mais ainda, da pressão das massas, dos trabalhadores organizados, para avançar e garantir seus direitos.

Aprendemos muito nesses anos, afinal de contas, não tem cabimento fugir do jogo, vamos para o jogo, a disputa, o enfrentamento. O governo e o congresso nacional são movidos a pressão, pois há grandes lobbies corporativos dos empresários e dos latifundiários e setores privatistas, que disputam os recursos públicos e evitam avançar os investimentos do Estado para a maioria da população. Vamos para as ruas, fazer mobilizações, greves, enfim, para defender a negociação e o avanço de nossas pautas específicas e gerais. Com Independência política e organizativa, autonomia em relação aos partidos, Estado e patrões, e na luta. Esse é o nosso lado, essa é a nossa história.

Janeiro de 2011

Helder Molina
* Educador e consultor sindical, assessor de formação política da CUT-RJ, professor da UERJ, mestre em Educação, doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana-UERJ